

NOTÍCIAS CNTV

Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 04/05/2015 - Edição 1264

CNTV continua no enfrentamento aos ataques a carros-fortes



Secretário Geral da CNTV, Cláudio José defendeu medidas para proteger os vigilantes de carro-forte

Três vigilantes morreram em dezembro de 2014 em um cruel ataque a carros-fortes no interior de Goiás. O roubo evidenciou, mais uma vez, a fragilidade a que estão expostos os trabalhadores da segurança privada. Em 2014 foram registrados 49 ataques a carro-forte. Até abril de 2015 já são 13. Em resposta a tantos crimes envolvendo o segmento, a Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) propôs a realização de um Seminário Estadual para tratar o tema. Além disso, apresentou propostas para a Comissão Consultiva para Assuntos de Segurança Privada (CCASP) para melhorar a segurança destes companheiros.

Nesta quarta-feira (29), a CNTV participou de uma reunião extraordinária da CCASP na Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada (CGCSP) para debater os principais problemas nas áreas de transporte de valores, escolta armada e agências de negócios. Única entidade a apresentar por escrito suas contribuições, a CNTV defendeu, entre outros pontos, a permissão para utilização de armas mais modernas e potentes durante transportes de média e longa distância por rodovias.

“Apresentamos medidas para melhorar sempre com a preocupação em preservar a vida dos vigilantes”, ressaltou o secretário Geral da

CNTV, Cláudio José. Segundo ele, é preciso investir em meios para diminuir os crimes. “Se não temos como impedir, precisamos buscar meios para diminuir os riscos”, completou.

Principais problemas

No documento entregue, a CNTV apontou como principais problemas no transporte de valores o armamento ineficiente para a defesa dos vigilantes; falta de limites máximos de valores transportados; e ineficácia dos meios de comunicação ou mesmo ausência dos meios determinados nas normas vigentes. Além disso, a fragilidade na estrutura



Dirigentes sindicais do DF, Goiás, Pernambuco e Alagoas participaram da reunião.

vem sendo provada pelas constantes invasões às bases e locais de guarda de numerário.

A CNTV também apontou que a condução dos inquéritos por autoridades com competência limitada vem se mostrando ineficiente na prisão de criminosos e recuperação de valores. Isto porque, como é de conhecimento dos profissionais deste segmento, as quadrilhas vêm se expandindo e tomando proporções nacionais, dificultando cada vez mais o trabalho das autoridades.

Assunto sempre debatido pela CNTV, o aumento da potência dos veículos e a blindagem das viaturas que realizam escolta também foram levadas para a mesa pela Confederação. Dois peritos do Instituto Nacional de Criminalística ouviram as considerações dos trabalhadores e apontaram alguns aspectos técnicos, além da necessidade de dados específicos sobre os crimes envolvendo transporte de valores e escolta armada.

A partir destas informações será possível apresentar sugestões eficazes, baseadas em dados concretos.

É preciso mudar

Em resposta a todos estes problemas, os trabalhadores vem se mobilizando e conseguindo com

que boa parte destes assuntos seja pautada também em outros entes da administração pública, do Judiciário e Ministério Público do Trabalho nas diversas regiões. A CNTV vem defendendo, e apresentou na reunião extraordinária na CCASP, a permissão para utilização de armas mais modernas e potentes durante transportes de média e longa distância por rodovias, como pistolas e fuzis.

Além disso, defende a obrigatoriedade do uso de rádio com tecnologia via satélite em todos os veículos e o limite de R\$ 2 milhões a ser transportado em rodovias e



O presidente da CNTV, José Boaventura, acompanhou a reunião, juntamente com dirigentes do Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro.

com escolta de outro carro-forte. Em operações rotineiras os valores de embarque e desembarque devem ser limitados a R\$ 150 mil.

Segundo a coordenadora da CCASP, Dra. Silvana Helena Vieira Borges, a discussão sobre as medidas existentes e que podem ser melhoradas efetivamente é fundamental. “A segurança privada jamais terá o mesmo calibre dos assaltantes por questões legais, mas podemos e devemos buscar soluções alternativas para dificultar os crimes e preservar a vida dos trabalhadores”, argumentou.

Novo encontro já tem data marcada

Para otimizar os debates foram criados dois grupos - um para discutir sobre escolta armada e outro transporte de valores. Nova reunião extraordinária foi agendada para o dia 17 de junho, quando deve ser definido o modo de trabalho de cada grupo.

O objetivo é a realização de estudos técnicos, buscando mais elementos para sustentar as posições defendidas pelos trabalhadores. Até lá, a CNTV deve realizar debates com a categoria para incluir as demandas nas discussões junto à Polícia Federal (PF).

Fonte: CNTV

Grupo assalta carro forte e troca tiros com vigilantes em Sumaré, SP



Foto: Camila Moreira

Ação aconteceu nesta quinta-feira (30), em frente a um supermercado. Veículo usado pelos ladrões e colete à prova de balas foram encontrados.

Ladrões assaltaram um carro forte e trocaram tiros com vigilantes na tarde desta quinta-feira (30), em Sumaré (SP). Segundo a Polícia Militar, os vigias da empresa Blue Angels iriam abastecer um caixa 24 horas em um supermercado no Jardim Maria Antônia quando foram surpreendidos pelos assaltantes. Um cliente ficou ferido. Até as 19h30, nenhum suspeito havia sido preso.

Durante o abastecimento do caixa, um dos seguranças da empresa foi surpreendido por cinco homens armados. O motorista do carro forte revidou a ação e houve troca de tiros entre funcionários e os ladrões.

A porta do supermercado foi destruída e um cliente foi ferido pelos estilhaços. Outros dois

criminosos também se machucaram durante a troca de tiros. Os assaltantes levaram um malote de dinheiro, mas o valor roubado não foi informado.

O cliente ferido foi encaminhado para o Hospital Estadual de Sumaré e já foi liberado. A polícia encontrou o veículo utilizado pelos criminosos e um colete à prova de balas.

Os policiais da Delegacia de Investigações Especiais (DIG) de Americana (SP) foram ao local e irão investigar o caso junto com o 3º Distrito Policial de Sumaré.

Fonte: G1

JT examinará responsabilidade do INPE em processo por morte de vigilante terceirizado

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho determinou que o Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (Campinas/SP) examine a eventual conduta culposa do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) pela morte de um vigilante contratado pela Organização Panamericana de Segurança Patrimonial Ltda. (Orpan) em serviço. A União, que responde pela autarquia pública, foi condenada subsidiariamente ao pagamento de indenização à viúva do trabalhador com base na teoria do risco administrativo, mas a jurisprudência dominante em relação a entes públicos nos casos de terceirização prevê a comprovação da culpa na escolha da prestadora de serviços ou na fiscalização do cumprimento do contrato.

O vigilante foi vítima de um tiro acidental ocorrido na troca de posto com um colega. O juízo da 5ª Vara do Trabalho de São José dos Campos (SP) condenou a Orpan e, subsidiariamente, a União ao pagamento de indenização por dano material à viúva, na forma de pensão mensal. Segundo a sentença, embora tenha se tratado de um fato alheio à vontade dos envolvidos, a culpa da empregadora Orpan é evidente, pois o descuido de um de seus empregados ocorreu no devido exercício de sua função profissional. A União, na condição de tomadora de serviços, foi condenada subsidiariamente.

O TRT da 15ª Região reformou a sentença e fixou também indenização por dano moral, no valor de R\$ 200 mil. Manteve, porém, a responsabilidade da União, com o entendimento de que o acidente ocorreu na sede de uma autarquia

pública e que o vigilante que causou o dano “encontrava-se na qualidade de agente público, uma vez que prestava serviços ao Estado, mesmo que na qualidade de terceirizado”.

Responsabilidade subsidiária

No recurso ao TST, a União pediu o afastamento de sua responsabilidade subsidiária, pois se tratava de um serviço terceirizado. O ministro relator, João Oreste Dalazen, deu provimento ao recurso para afastar a responsabilidade objetiva, por ofensa ao artigo 71, parágrafo 1º, da Lei 8.666/93 (Lei das Licitações). Esse dispositivo, que afirma que os encargos trabalhistas das prestadoras de serviço não se transferem automaticamente à Administração Pública, foi declarado constitucional pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade 16. “A declaração de responsabilidade subsidiária do ente público, com fundamento na responsabilidade civil objetiva do Estado, afronta a autoridade dessa decisão”, assinalou

o relator.

Dalazen explicou, porém, que, na Reclamação Constitucional 12.580, o STF firmou o entendimento de que a decisão proferida na ADC 16 não exime os entes públicos do poder-dever legal de fiscalizar tanto a idoneidade da empresa prestadora de serviços terceirizados quanto o cumprimento das obrigações trabalhistas referentes aos empregados vinculados ao contrato celebrado. Por isso, faz-se necessário examinar se o INPE se absteve de fiscalizar a observância das normas da legislação trabalhista, caracterizando-se a chamada culpa in vigilando – circunstância em que é cabível a condenação subsidiária.

Após a publicação do acórdão, a União interpôs recurso extraordinário ao STF, cuja admissibilidade será examinada pelo vice-presidente do TST, ministro Ives Gandra Martins Filho.

Fonte: TST



Em defesa de direitos, CUT anuncia dia nacional de paralisação para 29 de maio



No ato em comemoração ao Dia do Trabalhador, realizado na sexta-feira 1º de Maio em São Paulo, o presidente da CUT, Vagner Freitas, anunciou um dia nacional de paralisação para 29 de maio, data construída em parceria com CTB, Intersindical, MST e MTST.

“Nós temos um calendário de luta para apresentar ao povo brasileiro. Dia 29 de maio nossa mobilização vai preparar o País para uma greve geral. Será uma greve geral contra a retirada de direitos e a agenda conservadora. Não é contra ou a favor de governo ou partido político”, disse Vagner, que em seguida explicou que a data para a greve geral ainda será definida, pois depende de o PL 4330 ser aprovado ou não no Senado.

A paralisação, assim como a greve geral, é consenso entre o movimento sindical e sociais presentes no ato. “Nós estamos aqui, acreditando nessa unidade e vamos partir para uma greve geral se o PL 4330 for aprovado no Senado”, afirmou Ricardo Saraiva, da Intersindical.

Adilson Araújo, presidente da CTB, lembrou o apoio de Dilma Rousseff (PT) contra o PL 4330, afirmado em reunião da petista com sindicalistas, na última quinta-feira (30). “A presidenta afirmou categoricamente que é contra o PL 4330 e sinalizou que teremos um 2016 diferente. Nós acreditamos na presidenta, mas acreditamos, também, em mobilização nas ruas, e é lá que vamos fazer esse embate.”

Também alinhado com o movimento de paralisação, estará o MTST. O coordenador nacional do movimento, Guilherme Boulos, afirmou que os “trabalhadores não têm tido motivos para comemorar nada” e lembrou dos ataques sofridos pelos docentes paranaenses, que estão em greve. “Esse 1º de maio é, também, um desagravo à violência sofrida pelos professores no Paraná. O Beto

Richa não tem condições de continuar governando o estado do Paraná”, protestou.

Pautas

A agenda de lutas proposta pelos movimentos sindical e sociais prevê, além da retirada do PL 4330 de tramitação, a luta contra o ajuste fiscal. “Se quiser fazer ajuste fiscal, que faça nas contas dos burgueses, vá taxar grandes fortunas. O governo precisa acabar com a sonegação, os trabalhadores pagam e os empresários sonegam. Nós defendemos esse governo popular democrático, mas não o ajuste fiscal na conta do trabalhador”, afirmou Vagner, que explicou as demais bandeiras que serão levadas às ruas no dia 29 de maio.

“Nós somos contra as MPs 664 e 665, porque achamos que retira direitos da classe trabalhadora. Estamos nos manifestando pela reforma política, para acabar com o financiamento privado, que faz com que tenhamos mais de 400 deputados que são empresários ou estão sendo mandados por empresários. Nós queremos uma mídia democratizada, onde todos tenham liberdade de expressão”, explicou Vagner.

Por último, o presidente da CUT lembrou da importância de se defender a Petrobrás e a luta contra a corrupção. “É uma importante ferramenta para o desenvolvimento do Brasil. Esse óleo negro pode financiar políticas importantes no País e não pode ser privatizado. A bandeira contra a corrupção é nossa e a defendemos. Se houver algum corrupto na Petrobras, quando comprovado for, que seja preso. A Petrobras é patrimônio brasileiro”, completou.

Fonte: CUT Nacional

Dilma atende trabalhadores e declara ser contra terceirização em atividade-fim



A presidenta Dilma Rousseff (PT) declarou ser contra a terceirização da forma como é apresentada no PL 4330

Foto: Roberto Stuckert

Na manhã desta quinta-feira (30), em encontro com o presidente da CUT, Vagner Freitas, e outros sindicalistas, a presidenta Dilma Rousseff (PT), anunciou sua posição em relação ao PL 4330. A petista atendeu a reivindicação dos trabalhadores e afirmou ser contrária a terceirização da atividade-fim nas empresas no País.

“A regulamentação do trabalho terceirizado, do nosso ponto de vista, precisa manter a diferenciação entre atividade-fim e atividade-meio nos mais diversos ramos da atividade econômica”, disse Dilma.

Vagner considerou extremamente positiva a declaração firme de Dilma contra a terceirização na atividade-fim. “O posicionamento da presidenta está alinhado com a luta da CUT, CTB, Intersindical, MST, MTST, CMP e outras 21 entidades do movimento social e sindical, que desde o dia 7 de abril estão nas ruas contra o PL 4330.”

A presidenta afirmou estar preocupada com a garantia de que direitos trabalhistas sejam respeitados, algo que o PL 4330

não pode assegurar. Por outro lado, Dilma pediu que trabalhadores terceirizados tenham sua relação de emprego regulamentada.

“Eu sei que é urgente e necessário regulamentar o trabalho terceirizado no Brasil para que milhões de mulheres e homens, trabalhadores e trabalhadoras, tenham proteção no emprego e garantia de salário digno”, pediu a presidenta.

Criação do Fórum

Durante a reunião, Dilma atendeu uma antiga reivindicação da CUT, a criação de um espaço de diálogo sobre questões ligadas a previdência e trabalho. Por decreto, a presidenta anunciou o “Fórum de Debates de Políticas de Emprego, Trabalho, Renda e Previdência.”

“Esse Fórum fortalece a luta dos trabalhadores. A CUT aceita o convite para participar e desde já estamos pedindo que as MPs 664 e 665 saiam de tramitação e sejam discutidas neste espaço. A CUT é contra as duas MPs, que retiram direitos trabalhadores”, declarou Vagner Freitas, presidente da Central Única dos Trabalhadores.

O Fórum será formado pelas centrais sindicais, além de representantes dos aposentados e pensionistas, empresários e do governo. O espaço estará subordinado a Secretaria-Geral da Presidência e terá seis meses para apresentar propostas para o setor à presidenta Dilma.

Dentro do Fórum, a CUT irá defender o fim do fator previdenciário, a cobertura da previdência social, o fortalecimento do trabalho e o fim da rotatividade do mercado de trabalho.

Violência no Paraná

Na abertura do encontro, Vagner Freitas lembrou a tragédia da última quarta-feira (29), no Paraná. “Eu protestei contra a ação truculenta da Polícia Militar, que cometeu uma chacina contra os professores. A Lei Maria da Penha deveria ser usada contra os policiais do Paraná, que agrediram professoras. O [Beto] Richa age da mesma forma que o Geraldo Alckmin [governador de São Paulo] e não recebe os professores para negociar”, afirmou o presidente da CUT, que sugeriu que a presidenta interfira em favor dos docentes.

“Fiz uma solicitação à Dilma, que ela possa intermediar as negociações dos professores em São Paulo e no Paraná com os governos de Beto Richa e do Geraldo Alckmin, que se recusam a estabelecer o diálogo. A presidenta deu o exemplo aqui, recebendo os trabalhadores e abrindo um espaço para negociações”, disse Vagner Freitas.

Fonte: CUT Nacional

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Beine

Projeto gráfico: Aníbal Bispo

Diagramação: Aníbal Bispo



site: www.cntv.org.br

email: cntv@terra.com.br

Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, Lojas 09-11

CEP: 73300-000 Brasília-DF